

## Conferência do Dia do Assistente Social lota teatrão da Uerj



Cerca de 1.500 profissionais e estudantes de Serviço Social participaram da conferência “40 anos da reconceituação: avanços limites e consequências para a atualidade” com José Paulo Netto (UFRJ) e Carmelita Yazbek (PUC/SP). O evento foi a principal atividade do Dia do Assistente Social, 15 de maio, promovida pelo Cress/RJ.

### Assembléia

Categoria se reúne dia 28 de junho

### Entrevista

Inclusão social para combater criminalidade



**Editorial**

**A**tualmente a violência, em suas diversas manifestações, tem sido um dos principais problemas enfrentados pela sociedade. Não é um tema restrito para ser tratado apenas como caso de polícia. É necessário estudar e pensar as determinações macro-societárias da problemática da violência como uma das expressões da questão social, no contexto da barbárie das relações capitalistas.

No Brasil não é a pobreza absoluta que dissemina a violência, mas principalmente a exacerbação das desigualdades sociais. É impossível falar em diminuição da violência no país, sem nos reportarmos à situação do sistema prisional. A superpopulação dos presídios brasileiros em vez de promover a recuperação, só incentiva o crescimento do crime organizado. O tratamento dispensado ao preso fere frontalmente os direitos humanos e não oferece qualquer perspectiva de reintegração na sociedade.

Em maio, ações violentas comandadas pela organização PCC (Primeiro Comando da Capital) em São Paulo e em algumas cidades do interior do estado geraram pânico na população e levaram o tema da Segurança Pública para a mídia, a sociedade e para o âmbito governamental. No calor dos acontecimentos, medidas, como a aprovação de leis com a proposta de conter o avanço da violência, foram tomadas sem um amplo debate. O pacote com onze leis, aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado, para combater a criminalidade, nada mais é do que uma reação imediatista, que além de ser ineficiente, ainda pode provocar o agravamento da segurança pública. Esse pacote faz parte do recrudescimento da ação do chamado "Estado Penal" brasileiro, na trilha da criminalização das classes pauperizadas.

O quadro de exclusão tende a aumentar, devido à ausência de uma política distributiva de renda, que contribui para o aumento do número de desempregados e de marginalizados socialmente.

Para solucionar o problema da violência é necessário transformar o Estado e a relação dos indivíduos com o mesmo. O Estado precisa responsabilizar-se não só pelo combate à violência e pela promoção da segurança, mas também pelas condições e qualidade de vida da população. Ações integradas envolvendo saúde, emprego, lazer, educação, entre outros podem viabilizar à maioria da população uma vida digna, com direitos para todos, que é o que o projeto ético-político do Serviço Social defende.

*A Diretoria*

# Assembléia dos Assistentes Sociais

**Data:** Dia 28 de junho de 2006.

**Horário:** 18h

**Local:** Auditório Hilda Corrêa de Oliveira. Sede do Cress/RJ.  
Rua México, 41, sala 1205, Centro, Rio de Janeiro.

**Na pauta:** Debate, a aprovação de propostas e a definição da delegação do Rio de Janeiro para o Encontro Descentralizado da Região Sudeste e para o Encontro Nacional CFESS/Cress 2006.

**OBS.:** Para exercer o direito ao voto é necessário estar em dia com o Conselho até 2005.

## Informe

**"Serviço Social – Interfaces com a Saúde".** Esse é o tema do Seminário Estadual do Rio de Janeiro promovido pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss/Leste) e pela Faculdade de Serviço Social da Uerj. O evento, que conta com o apoio do Cress/RJ e do Projeto Políticas Públicas de PROEXT, será realizado nos dias 30 de junho (8h às 20h) e 1 de julho (8h30 às 13h) de 2006. As inscrições podem ser feitas no dia do Seminário ou nas oficinas locais realizadas nas unidades de ensino.

**Local:** UERJ . Rua São Francisco Xavier, 524 Auditório do 9º andar – Maracanã – RJ.

## Cartas

■ Sou estudante de Serviço Social da UFF e empresto meu total e irrestrito apoio quanto à solicitação de rever à criação da GEAS, creio que num momento em que tanto se fala de INCLUSÃO, não cabe limitar o exercício da interdisciplinaridade e até mesmo da transdisciplinaridade, mormente, quando interferem no conceito de SAÚDE visto pela ótica do SUS e da própria OMS.

Agradeço e espero que sejam adotadas medidas mais humanas, sensatas e sensíveis ao acima exposto.

**- Juliana de Oliveira Silva Pereira**

■ Gostaria de saber como faço para adquirir o livro Serviço Social em Hospitais e também como receber o Jornal Práxis. Estou lendo a edição (março/abril) e estou achando fantástico. Inclusive irei para o Rio fazer um curso de atualização que tomei conhecimento por ele. Parabéns pelo conteúdo. Se possível gostaria de receber conteúdos do Cress/RJ.

**- Moisés da Silva e Souza (MG)**

**Nota de Redação – O livro Serviço Social em Hospi-**



**tais está esgotado no momento. Mas está previsto o lançamento de outra edição. Todo conteúdo divulgado pelo veículos de comunicação do Cress/RJ pode ser acessado no site [www.cressrj.org.br](http://www.cressrj.org.br), inclusive o boletim eletrônico semanal Via Cress e o jornal impresso bimestral Práxis.**

■ 15 de Maio é o Dia do Assistente Social. Esta profissão construída coletivamente... Uma profissão tão contraditória e ao mesmo tempo tão desafiante e apaixonante...

Não é fácil ser Assistente Social. Aliás, não é fácil ser profissional no Brasil. Mas é possível ser competente, qualificado e comprometido quando é este o objetivo. É possível cumprir seus direitos e obrigações e clamar pelos seus direitos... Parabéns a todos nós profissionais, usuários e "simpatizantes" do Serviço Social.

Um forte abraço da colega Assistente Social (por paixão e por competência)

**- Adriana Isaías Correia**

Cress - RJ

# Principais ações do bimestre

O investimento na capacitação continua sendo o principal foco da atual gestão do Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro. As parcerias com as universidades têm sido importantes nesse processo. O II Encontro Estadual de Educação e Serviço Social, que foi realizado no final de abril, reuniu vários assistentes sociais e foram encaminhadas propostas relevantes para a área. Devido a greve dos funcionários da Uerj, tanto o Curso de Controle Social e Seguridade Social, quanto o Curso Mídia, Questão Social e Serviço Social, que ainda estão em andamento, contaram com o espaço físico do Cress/RJ.



Entre as principais ações do Conselho pode ser citado o apoio a várias entidades ligadas ao Serviço Social, por exemplo, o Seminário Estadual do Rio de Janeiro promovido pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss), que terá como tema "Serviço Social e a Interface com a Saúde". A diretoria também esteve presente ao Encontro Nacional de Conselhos Profissionais realizado em Florianópolis (SC) e no Fórum Social Brasileiro 2006, em Recife (PE). Vale destacar que a participação de representantes do Cress/RJ contribuiu para a obtenção de importantes informações para a ação do Regional em diferentes temáticas. Também foi importante para o contato com experiências de vários movimentos sociais e para a visibilidade do Serviço Social junto aos sujeitos sociais presentes ao evento.

Na Comunicação, a diretoria está encaminhando a criação de um logotipo (logomarca) para o Cress/RJ. O Estúdio Metara está responsável pela execução da parte técnica, mas várias reuniões já foram realizadas para discutir o tema. Cabe ressaltar que outros Regionais já tomaram essa iniciativa, que pode contribuir para melhor identificar a entidade. A publicação da Revista Em Foco, com o tema "O Serviço Social e a Educação", também foi uma das prioridades da gestão. É preciso ressaltar que o Projeto Cinema no Cress, que esse ano exibe o ciclo "Por um mundo de direitos", tem sido prestigiado pelos assistentes sociais e pessoas ligadas ao movimento social.

Outra preocupação da gestão é realizar discussões sobre a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB/RH-SUAS). Os interessados podem conferir a versão preliminar, na íntegra, no site [www.cressrj.org.br](http://www.cressrj.org.br).

Os eventos do Mês de Maio, referentes ao Dia do Assistente Social, foram os principais responsáveis pela mobilização de diretores e funcionários do Cress/RJ no período. Veja cobertura completa nas páginas centrais.

## Rio de Janeiro sediará o Encontro Descentralizado da Região Sudeste



O Encontro Descentralizado da Região Sudeste será realizado nos dias 7, 8 e 9 de julho, no Rio de Janeiro (RJ). Uma comissão, composta por diretores do Cress/RJ e funcionários, foi constituída para organizar o evento, que tem como proposta encaminhar as decisões construídas coletivamente pelos assistentes sociais que atuam nos quatro estados da região para o Encontro Nacional do Conjunto CFESS/Cress, que acontecerá de 7 a 10 de setembro, em Vitória (ES).

O Encontro Descentralizado seguirá a mesma estrutura do Nacional com as Mesas-Redondas voltadas para o debate de temas relevantes para o Serviço Social e grupos de trabalho que discutirão os seguintes temas: Comunicação e Relações Internacionais, Formação Profissional, Ética e Direitos Humanos, Gestão Administrativa e Financeira, Fiscalização e Orientação Profissional e Seguridade Social.

seccional

## volta redonda

Nos meses de maio e junho, em comemoração ao "Mês do Assistente Social", a Seccional Sul Fluminense promoveu cursos, em parceria com o Centro Universitário de Volta Redonda - UNIFOA, buscando a implementação da plataforma da atual gestão no que concerne ao intercâmbio do meio acadêmico com o profissional, de acordo com o projeto ético político.

A diretoria da Seccional ressalta que em qualquer espaço profissional, o assistente social que age numa perspectiva crítica reconhece a necessidade de se pensar a prática e, dentro desta perspectiva, os Mini-Cursos vieram de encontro a esta reflexão, fortalecendo, portanto, a consagrada tríade: ensino, pesquisa e extensão.

Os Mini-Cursos objetivaram a articulação dos profissionais atuantes na área de abrangência da Seccional, com os profissionais palestrantes, visando a valorização e reconhecimento dos mesmos. A troca de experiência neste processo de aprendizado confirma a importância deste espaço que terá prosseguimento nos Grupos de Estudos que ocorrem mensalmente na sede da Seccional.

## campos

Em cumprimento à Política Nacional de Fiscalização (PNF), especificamente no que se refere à diretriz e articulação com as Unidades de Ensino, no sentido de viabilizar ações conjuntas que contribuam no processo de formação profissional, na fiscalização profissional e na qualificação política-organizativa dos assistentes sociais, a Seccional de Campos vem definindo e consolidando ações conjuntas com a coordenação de estágio do Departamento de Serviço Social de Campos (UFF).

As ações propiciam ainda a ampliação do acesso à informações produzidas pelo conjunto CFESS/Cress e são baseada nos seguintes eixos: discussão e acompanhamento da política de estágio (UFF/ESR/SSC); realização de atividades junto a supervisores de campo e estagiários e a articulação das universidades com o Conselho regional de Serviço Social, através da identificação das demandas para o Cress e coordenação de estágio, mediada pelo estágio curricular.

Definiu-se como estratégias a realização de oficinas, de palestras para alunos estagiários e de palestras para assistentes sociais; informação semestral dos supervisores de campo e campos de estágio ao Cress; palestras do Cress para alunos da disciplina de Ética Profissional e Serviço Social e Introdução ao Serviço Social e Monografia I.

Dentre as ações conjuntas com a coordenação de estágio destacam-se: curso de capacitação para supervisores de campo (definir critérios); fórum de estágio e supervisores de campo; envio para as instituições de requisição de coordenador técnico objetivando facilitar; diálogo da coordenação de estágio com o Serviço Social da mesma; reunião bimestral com Cress e Coordenação Estágio/Curso; realização de mini-fóruns (reunião com núcleo) para pensar a programação do Encontro (situar o estágio, Cress falar dos campos de estágio na perspectiva da fiscalização e supervisor de campo); Seminário da ABEPSS LESTE/Saúde. (julho).

Estão agendados os seguintes eventos:

- **Pré-Fórum de Supervisores de Estágio no dia 26 de junho, às 14h.**
- **Seminário de Implementação das Diretrizes do Projeto Político Pedagógico da UFF/Campos no dia 11 de julho.**
- **Fórum de Estágio e Supervisores – Dia 12 de julho, com os professores Carlos Montano e Franci Gomes.**

# Eventos comemorativos do Dia do As

O simples cumprimento das leis já é um grande passo para efetivar uma política de segurança pública que atenda à população. Essa é a opinião de Marcelo Freixo, presidente da organização não governamental Justiça Global, de defesa dos direitos humanos, e do professor e antropólogo Luis Eduardo Soares, ex-secretário de Segurança Pública do governo Lula e também do ex-governador do Rio de Janeiro Anthony Garotinho. Ambos afirmam que a aplicação das leis já existentes como a LEP (Lei de Execução Penal), por exemplo, já seriam suficientes para reduzir os índices de criminalidade.

Segundo Freixo, a atual política de segurança pública segue a lógica da insegurança e não está voltada para a proteção do cidadão, mas para o controle de guetos. Ele lembra que as comunidades empobrecidas costumam ser criminalizadas e a política de segurança utilizada nessas áreas segue a concepção de uma guerra, inclusive com a utilização de armamentos bélicos como o “caveirão” (veículo blindado com metralhadora giratória e quatro saídas para fuzis). Mas, segundo dados oficiais, apenas 1% dos moradores das favelas tem envolvimento com o tráfico e a maioria é vítima das ações dos traficantes e da ausência do Estado. Freixo frisa que nessas comunidades não há escolas, creches, nem políticas de saúde e assistência social. Para exemplificar essa afirmativa conta que na Favela da Maré (RJ) para 130 mil moradores há apenas duas escolas de ensino médio. O desemprego estrutural também ajuda a elevar os índices de criminalidade. “O Estado, além de não garantir os direitos constitucionais, ainda ajuda a consolidar a exclusão dessa parcela da população”.

## Inclusão social

Freixo defende uma Política Pública de Segurança que tenha como foco a inclusão social. Acredita que o combate ao crime deve ser feito sem desrespeito os direitos do cidadão. Hoje não é assim, pois a polícia brasileira é a que mais mata em todo mundo e não é eficaz. É necessário priorizar a ação investigativa e preventiva da polícia. No sistema prisional não há respeito aos direitos humanos, nem perspectiva de reintegrar o preso à sociedade. De acordo com o presidente da Justiça Global, são 30 mil novos presos a cada ano no país e a superpopulação das celas, em vez de promover a recuperação, só incentiva o crescimento do crime organizado.

No Brasil, 53% dos presos são encarcerados por furtos e roubos e não há um sistema de classificação por tipos de delitos cometidos. A separação é feita de acordo com as facções criminosas. Caso o próprio preso não se identifique com alguma facção, será classificado pelo local de moradia e verificada a facção que atua na região. O Estado, deste modo, acaba fortalecendo essas facções criminosas.



Fila para entrada da conferência no Teatrão da UERJ

Sobre as ações violentas promovidas em maio pela organização PCC (Primeiro Comando da Capital), em São Paulo e em algumas cidades do interior do estado, que geraram pânico na população, Freixo comenta que é o estado com a maior população encarcerada no Brasil. São 140 mil presos; logo em seguida vem o Rio de Janeiro com 28 mil. Explica que as rebeliões podem acontecer em qualquer lugar, pois onde não há uma política traçada e um planejamento se torna um terreno fértil para a corrupção, que é estrutural em todo o sistema prisional. Diz ainda que a política de segurança pública está pautada em um sistema de informação pontual. As leis de emergência aprovadas para dar uma satisfação à sociedade, não foram submetidas a um debate e acabaram se pautando apenas pela mídia, sujeitando-se, portanto, a ações inconseqüentes.

Para Freixo, o grande desafio é aproximar o Brasil legal e o real. Cumprir a lei é o primeiro passo para transformar a sociedade.

Luis Eduardo Soares concorda com Freixo ao afirmar que o modelo de segurança pública, adotado no Rio de Janeiro nas últimas décadas, é o da concepção de guerra. Revela que as incursões bélicas noturnas às favelas matam indiscriminadamente policiais, traficantes e pessoas inocentes e o efeito disso sobre a comunidade é o do crescimento da insegurança. Explica que a idéia é a de que o extermínio dos jovens acabaria com o tráfico, mas os dados empíricos revelam que essa lógica da execução não funciona, pois os jovens são substituídos como meras peças de reposição, já que há um exército de reserva disponível.

Na avaliação de Luis Eduardo, essa dinâmica precisa ser rompida, pois nesse processo todos perdem. “Além de ser uma selvageria, há efeitos sobre a comunidade e sobre os policiais. O abismo entre

asfalto e favela se aprofunda e os preconceitos e estigmas se fortalecem”, afirma. A polícia é vista como inimiga e perde sua legitimidade nessas comunidades gerando ainda mais insegurança. As ações policiais que deveriam ser voltadas para a proteção acabam significando risco para a população. Portanto, é uma orientação comprovadamente equivocada. De acordo com Luis Eduardo, a alternativa para romper com essa dinâmica é zelar pelo cumprimento da Constituição, respeitando os direitos. Desraca que o direito à vida é uma prioridade. Mas esse direito é o primeiro a ser desrespeitado. “Não é aceitável que a polícia faça troca de tiros em meio à população”, diz. A força letal só deve ser usada em caso extremo, por legítima defesa. Garante que se não houver um investimento em uma polícia preventiva e investigativa com inteligência e planejamento dificilmente será revertido o alto índice de criminalidade.

A violência criminal, para o antropólogo, é um fenômeno de múltiplas dimensões. Pela sua complexidade envolve a família, emprego e renda, escola, as referências culturais e desenvolvimento psicológico de cada indivíduo. Por isso, a política de segurança pública para ser eficiente, não pode estar centrada apenas na polícia e no sistema prisional, que precisam, com urgência, de reformas profundas, mas, principalmente em políticas preventivas que envolvam ações intersetoriais como educação, cultura, esporte, saúde, trabalho entre outras. Para isso, é necessário integrar essas políticas em uma política única. É preciso uma grande transformação do papel do Estado que, como está organizado hoje, não oferece aos governos a facilidade de integrar essas políticas.

Atualmente a organização do estado é por secretarias, que são por definição segmentos isola-

dos e autônomos. Ele sugere como solução rápida a formação de grupos interdisciplinares organizados para cumprir metas, pois é preciso oferecer alternativas concretas, principalmente para os jovens que vivem nas comunidades e estão mais suscetíveis a entrar no mundo do crime. Mas admite que essas políticas são complexas e requerem grande articulação de segmentos do governo, além de planejamento, avaliação e compromisso. Garante que não é preciso um grande investimento de recursos, mas competência, pois não são medidas fáceis de serem implantadas. Vontade política é um item fundamental, mas é preciso desenvolver um trabalho com seriedade e baseado em pesquisas junto às universidades.

Luis Eduardo Soares defende a criação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) que segundo ele representa complementação e integralidade, e seria uma resposta ao caos em que hoje se encontram as polícias. Informa que há no Brasil 56 polícias diferentes (duas federais e 54 estaduais). Cada uma com uma formação, currículo e método próprio constituindo uma verdadeira “babel” profissional. Afirma que alguns policiais não sabem nem o seu real papel na sociedade. Cada polícia codifica e classifica de uma maneira as informações obtidas, inviabilizando a troca de informações, sem a agilidade necessária. Enquanto isso, alerta, o tráfico se internacionaliza e a polícia segue na contramão de maneira caótica. Cada um tem o seu modo de gerir e não há ferramentas organizacionais de gestão. Também não há instrumento de controle e rotinas estruturadas. As operações são realizadas sem planejamento e através de reações midiáticas. Esse quadro acaba sendo vulnerável à corrupção.

Sobre as ações violentas, em São Paulo, Luis Eduardo Soares, explicou que, ao descumprir a Lei de Execução Penal (LEP), os direitos dos presos são profundamente desrespeitados e isso leva também ao descumprimento dos deveres. A LEP recomenda a classificação dos presos, conforme o delito cometido. Mas a prática em todo o país é a classificação dos presos por facções criminosas. Isso, segundo o antropólogo, já está institucionalizado lamentavelmente. Há uma superpopulação dos presídios, com a mistura de presos que são aglutinados sem saneamento básico adequado, sem políticas de educação, sem trabalho e sem o monitoramento do tempo de sentença a ser cumprido. Na opinião de Luis Eduardo, Isso favorece um quadro explosivo. O Estado, por incompetência, fomenta a indignação e instrumentaliza o preso, permitindo que fatos como esses ocorram.

Lembra que o PCC foi criado em uma das unidades de Taubaté (SP), onde aconteciam torturas. Ao não coibir esse tipo de ação da polícia, o Estado se torna criminoso e estimula a indignação da população carcerária, que hoje no Brasil é de 360 mil pesso-

# Assistente Social mobilizam a categoria



as. O volume de presos em São Paulo é o maior do país e permite uma dimensão maior do quadro explosivo. Mas, adverte que isso poderia ter acontecido em qualquer lugar.

Lamentou a aprovação do pacote de leis, aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado para combater a criminalidade, que em sua opinião foi encaminhado de forma demagógica e imediatista para dar satisfação à sociedade. Assegura que a medida, além de ser ineficiente, ainda pode provocar o agravamento da segurança pública. “Durante as crises penas são endurecidas e isso já foi provado que não funciona”.

É enfático ao afirmar que é preciso efetivar políticas preventivas inteligentes e reorganizar a Segurança Pública. No contexto de reforma, seria prioritário oferecer condições de trabalho apropriadas aos policiais, para serem cobrados como devem ser e redirecionar recursos de projetos sociais, para que eles sejam mais funcionais. Entre outras iniciativas apontadas por Luis Eduardo Soares está a recuperação de entidades sócio-educativas, que legalmente não são consideradas instituições de Segurança Pública mas que são fundamentais nas medidas de ação preventiva. É preciso assegurar o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e da LEP. A distribuição de recursos deve ser avaliada a partir de vários critérios. Garante que o projeto preventivo, com a intersetorialidade das políticas, é fundamental e, se for implantado com eficácia e competência, pode produzir resultados em curto prazo.



*As comemorações de maio foram voltadas para capacitação dos assistentes sociais com a realização de três mesas-redondas e vários cursos de atualização, com temas relevantes para o Serviço Social, descentralizados por todo o estado. Também aconteceram dois atos de Desagravo Público. As comemorações do Dia do Assistente Social contaram com apresentação de música, dança e com uma grande confraternização da categoria.*



## Visibilidade para a profissão

A diretoria do Cress/RJ, em comemoração ao Dia do Assistente Social, investiu na proposta de dar visibilidade à profissão. Foram espalhados 10 outdoors pela cidade e confeccionado 30 mil cartões em formato postal, que foram distribuídos em pontos estratégicos de grande circulação de formadores de opinião, como teatros, cinemas, restaurantes, bares entre outros. Vale destacar que a iniciativa da produção dos postais está sendo adotada pelo quarto ano consecutivo, com enorme sucesso junto à categoria.

# Entidades do Campo Cutista rompem Aliança Histórica com o CFESS na Eleição da Sociedade Civil para o CNAS

No dia 25 de abril de 2006 ocorreu a assembleia de eleição da sociedade civil no âmbito do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), para o período 2006-2008, na qual o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) participou na condição de candidato no segmento dos trabalhadores. As Entidades representativas do Serviço Social – conjunto CFESS/CRESS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), reunidas em plenária ampliada nos dias 29 e 30 de abril de 2006, publicam esta nota com objetivo de esclarecer como se deu este processo e manifestar nossa avaliação em relação ao seu resultado. O documento revela a **condução política do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)** como foi o **Processo Eleitoral** e por que ficamos na Suplência.\*

Este processo nos coloca o desafio de repensar a necessidade de estabelecer alianças com entidades capazes de assegurar autonomia nos processos democráticos; de aprofundar o debate sobre o significado das representações nos Conselhos de Políticas Públicas, na perspectiva de superar interesses corporativos e assegurar a defesa dos direitos coleti-

vos nos espaços autônomos de controle popular e participação sócio-política; bem como redefinir estratégias coletivas de aliança com entidades que se situem no mesmo campo de princípios e compromissos, balizados pela radicalidade democrática na defesa dos direitos. Localizamos aqui as razões de fundo para o que ocorreu: o preço que o CFESS está pagando por suas posições claras no espectro político brasileiro hoje.

No processo de articulação com as entidades sindicais defendemos a eleição do CFESS para a titularidade com vários argumentos: a) nossa história e compromisso na luta pelo reconhecimento e defesa da assistência social como direito e dever estatal, desde o processo constituinte; 2) nossa representatividade em todo território nacional, já que temos aproximadamente 65 mil assistentes sociais inscritos em todo país; 3) nossa atuação e experiência no CNAS desde 1994; 4) o momento e conjuntura política que exige posições firmes e críticas; 5) a importância do debate sobre trabalhadores neste ano de discussão da NOB/RH no âmbito do CNAS, tendo clareza que este debate não pode se limitar à questão sindical e salarial.

Temos clareza que o que determinou este resultado não foi a justiça do pleito do CFESS, mas uma correlação

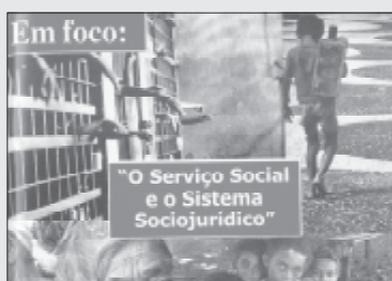
de forças desfavorável e artificialmente construída, determinada por razões corporativistas e políticas bastante claras. Tal resultado, contudo, não nos desmobiliza nem esmorece nossa luta. Pelo contrário, o Conjunto CFESS/CRESS e as entidades que assinam esta nota continuarão, de forma autônoma e combativa, coerente com os princípios éticos e políticos que vimos defendendo, a se posicionar e contribuir para a construção da política pública de assistência social. Em função de um revés conjuntural, não abriremos mão desse compromisso histórico com a população brasileira.

Brasília, 30 de abril de 2006

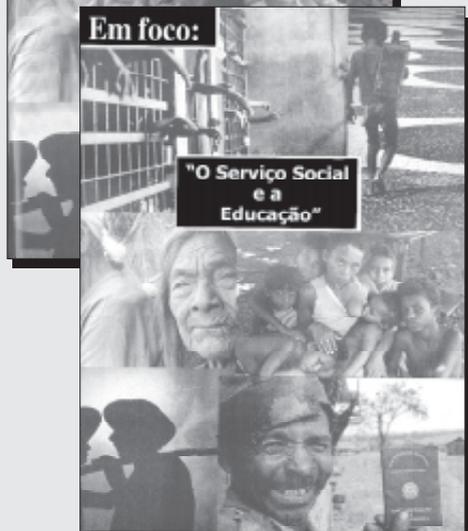
- Conselho Federal de Serviço Social – CFESS
- Conselhos Regionais de Serviço Social – CRESS
- Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS
- Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social – ENESSO

\* Veja a íntegra do documento no site do CFESS: [www.cfess.org.br](http://www.cfess.org.br) ou no site do Cress/RJ [www.cressrj.org.br](http://www.cressrj.org.br)

## Publicações à venda no CRESS

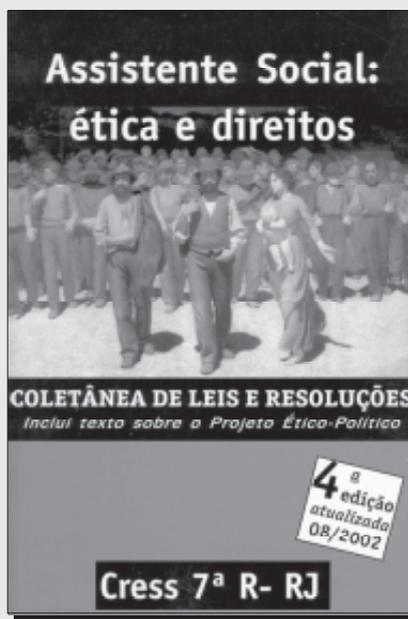


Assistente Social -  
Ética e direitos, 4ª ed.  
R\$ 15,00



- ◀ Em Foco: O Serviço Social e a Educação - R\$ 10,00
- O Serviço Social e o Sistema Sociojurídico - R\$ 10,00
- Serviço social clínico e o projeto ético-político do Serviço Social - R\$ 10,00.\*
- Atribuições privativas do assistente social e o "serviço social clínico" - R\$ 10,00.\*

\* Na compra das duas edições o valor é de R\$ 15,00



O Serviço Social do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho/UERJ desenvolve suas atividades tendo como princípios norteadores a concepção de que o objeto da Saúde do Trabalhador é o estudo do processo de saúde e doença dos grupos humanos, em sua relação com o trabalho, levando em consideração questões sócio-econômicas e histórico-culturais; o trabalho como organizador da vida social, configurando-se, a priori, como o espaço de dominação e submissão do trabalhador (pelo capital), como resistência e constituição do fazer histórico; e considerando os trabalhadores como sujeitos que devem buscar o controle sobre as condições e os ambientes de trabalho, visando a garantia de seu bem estar e sua saúde.

Nestas perspectivas, é preciso contextualizar o DESSAUDE na universidade em questão, o qual foi constituído, após uma trajetória institucional que passou pela Assistência Médica propriamente dita e a Saúde Ocupacional, através de Portaria da Reitoria em 1992, consolidando seu vínculo organizacional junto à Superintendência de Recursos Humanos.

O objetivo do DESSAUDE é o planejamento e execução da política de segurança e saúde dos servidores da universidade, sendo pertinente destacar alguns objetivos específicos: efetivar estudos e pesquisas com vistas à elaboração e implementação de normas e rotinas à segurança e preservação da saúde do servidor da UERJ, relacionadas com a organização, o processo e as condições de trabalho; promover e acompanhar ações e medidas voltadas para segurança e preservação da saúde do servidor; ado-

tar políticas de prevenção dos acidentes e das doenças relacionadas com o trabalho, assim como realizar programa de avaliação médica sistemática e periódica dos servidores e promover a organização técnica interprofissional voltada para o levantamento das atividades e condições insalubres e perigosas. O departamento possui médicos do trabalho, assistentes sociais, enfermeiros do trabalho, auxiliares de enfermagem, engenheiros de segurança do trabalho, técnicos em segurança do trabalho e funcionários de apoio administrativo. Suas ações gerais, realizadas pela equipe multidisciplinar, se desenvolvem através dos exames admissionais, exames periódicos de saúde, perícias médicas, inspeção nos locais de trabalho, avaliação de processos de insalubridade e periculosidade, treinamento e cursos relativos à segurança e saúde no trabalho e avaliação e acompanhamento de readaptação funcional.

A equipe de Serviço Social, que conta com cinco assistentes sociais concursadas, uma residente em Serviço Social, dois assistentes sociais em Treinamento Profissional Bolsista e cinco estagiárias, fundamenta sua atuação nas seguintes questões teórico-metodológicas: entendimento da saúde do trabalhador enquanto política pública que estabelece direitos ao conjunto dos trabalhadores, através de legislação específica; reconhecimento do cotidiano de trabalho enquanto fonte de conhecimento e experiências, representando a instância na qual se concretiza o processo histórico-social; ênfase nas ações de promoção e prevenção da saúde dos trabalhadores, os quais são reconhecidos como sujeitos deste processo de reflexão, discussão e ação sobre suas

condições de trabalho; valorização do trabalho em equipe interdisciplinar, face à multiplicidade de fatores determinantes da saúde do trabalhador; reconhecimento do local de trabalho como um espaço de exercício da cidadania, na medida em que evidencia a relação contraditória entre capital e trabalho e apoio e incentivo à participação e organização dos trabalhadores na conquista de seus direitos.

### A intervenção

O objetivo geral é contribuir para o desenvolvimento do potencial social dos servidores que compõem as diversas unidades da UERJ, em todos os níveis e categorias, em ações integradoras, de cunho assistencial-educativo e enfrentamento das questões sociais expressas na relação saúde/trabalho e condições de vida. A intervenção se organiza, portanto, através dos seguintes projetos de trabalho: Atendimento Social, Exame Periódico de Saúde, Readaptação, Remoção Funcional e Atividades de Suporte ao Acompanhamento Social

Diante de nossos constantes questionamentos sobre a prática realizada e a necessidade de implementação de novos projetos devido às demandas cotidianas que se apresentam no Serviço Social, articuladas às relações entre condições de vida, saúde e trabalho, estamos buscando implementar ações no âmbito da saúde mental diante do desgaste/sofrimento mental que está se consolidando junto aos trabalhadores, o projeto de prevenção aos acidentes de trabalho, e descentralização da atuação do Serviço Social/DESSAUDE para os campus de extensão

da universidade. É preciso destacar ainda nossa atuação junto às atividades de formação e treinamento, compreendendo que as mesmas possibilitam atuarmos em um processo teórico-reflexivo, necessário para evitar a fragmentação, o pragmatismo e o mecanicismo de nossas ações, na busca constante do "apreender", do questionamento e do pensamento crítico.

Buscamos realizar articulações cotidianas como: a participação orgânica junto ao Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Públicas do Estado do Rio de Janeiro (SINTUPERJ) por entendermos que este é o espaço privilegiado da luta pelos direitos dos trabalhadores. Reconhecemos que muitos desafios estão postos em na prática profissional, seja pela nossa insistência em realizarmos um trabalho interdisciplinar no departamento, visando uma ampla promoção de sua saúde, ou pelas precárias condições de trabalho, afóra o quadro atual de desconsideração com a garantia de direitos trabalhistas e constitucionais que estão gerando comissões de sindicâncias e inquéritos administrativos aos trabalhadores que vem buscando defender a dignidade do servidor público. Um programa de Saúde do trabalhador não pode estar distante destes enfrentamentos. Por isso, é preciso consolidar e desencadear ações necessárias para defendermos o bem estar do trabalhador, enquanto cidadão sujeito de direitos, e, com condições dignas de trabalho asseguradas.

**Equipe:** Martha Fortuna P. Bastos, Cláudia de O. B. da Costa, Elayne Bezerra da S. Fernandes, Márcia Cristina S. Brasil e Regina Márcia Rangel

## Condições de Trabalho

Os assistentes sociais não devem perder de vista que o artigo 2º do Código de Ética, em sua alínea d, determina como direito a inviolabilidade do local de trabalho e dos respectivos arquivos e documentação, de maneira que esteja garantido o sigilo profissional. Já em seu artigo 7º, do mesmo código, determina que outro direito do assistente social é dispor de condições condignas, seja em instituições públicas ou privadas, no intuito de que haja as garantias estruturais e fundamentais à qualidade do serviço profissional prestado aos usuários do Serviço Social.

Estes dois elementos são os pilares fundamentais e imprescindíveis para que a categoria possa fazer uma reflexão sobre quais as condições técnicas e éticas o exercício profissional do Serviço Social deve ser oferecido à população, de maneira que seja um serviço de qualidade. A garantia da qualidade do serviço prestado à população é a essência da existência dos Conselhos de Profissões. Neste sentido, reiteramos que o conjunto formado pelo Conselho Federal e Conselhos Regionais de Serviço Social, enquanto órgãos normativos, têm a função de orientar, disciplinar, fiscalizar e defender o exercício da profissão do assistente social e cabe a estes o estabelecimento dos parâmetros normativos, claros e objetivos, que garantam as condições para que a prática profissional seja realizada de forma qualifica-

da, tanto no âmbito da técnica quanto no da ética.

É imprescindível a construção dos dispositivos normativos para esta garantia e para o rigoroso cumprimento dos preceitos ético-políticos da profissão. Os propósitos de assegurar a defesa do espaço ocupacional e da busca pela melhoria da qualidade dos serviços prestados aos usuários, a partir da defesa das condições de realização do trabalho profissional dos assistentes sociais, já estão expressos na Política Nacional de Fiscalização (Resolução do CFESS 382/98). Ampliando o aspecto prático-operativo desta política, o conjunto CFESS/Cress está, neste momento, estruturando uma Resolução que regulamentará, nacionalmente, os parâmetros norteadores das condições éticas e técnicas do exercício profissional dos assistentes sociais.

A ação profissional compreende várias dimensões, sendo elas: a teórico-metodológica, a técnico-operativa, a investigativa e a ético-política. Estas dimensões se articulam atravessando toda a prática profissional que vai desde o local do atendimento aos usuários até as condições técnicas e materiais que cabem para este atendimento realizado pelo assistente social. Os desdobramentos desta ação junto aos usuários não estão restritos ao imediato, porém são da ordem do cotidiano e é nele que se materializam.

O grande desafio para o projeto ético-político está

posto nesta dimensão do cotidiano, já que tal desafio é o do seu enraizamento nas condições e nas relações concretas e cotidianas do exercício profissional. Neste sentido, o da superação deste desafio, há no projeto ético-político a propositura de ser estabelecido um novo parâmetro de operacionalização da profissão, que seria através de um instrumental desprovido da neutralidade positivista, que esvazia o caráter político-pedagógico do Serviço Social. O projeto ético-político constitui uma projeção coletiva e historicamente construída e que busca orientar a prática profissional a partir de valores como a democracia, a valorização da esfera pública, da ampliação dos espaços institucionais naquilo que tange os direitos dos usuários. Todas as condições do trabalho dos assistentes sociais devem, fundamentalmente, ser pensadas, individualmente ou coletivamente, a partir deste novo parâmetro.

A Comissão de Orientação e Fiscalização do Cress/RJ (Cofi) tem registrado solicitações e/ou denúncias para intervir e, sempre que necessário, tomar as medidas cabíveis. Entre as muitas demandas que chegam ao Conselho, através da Cofi, algumas se referem à inexistência de condições físicas adequadas de trabalho, que desfavorecem até mesmo o direito fundamental do sigilo profissional. Em muitos casos, o profissional sabe que a precariedade de tais condições incidirá diretamente sobre a qualidade do

trabalho, mas mesmo assim, nem sempre busca no Conselho o apoio formal e político para negociar junto à entidade empregadora.

As instituições fiscalizadas têm cumprido as orientações da Cofi antes de quaisquer medidas judiciais. Daí a importância do posicionamento profissional ético dos assistentes sociais em indicar na sua prática cotidiana, quer junto à Instituição em que trabalha, quer junto ao seu Conselho, as irregularidades ou inadequações encontradas que ferem o Código de Ética Profissional e/ou fazem com que a qualidade do serviço prestado junto aos usuários não sejam as devidas.

Cabe destacar que o conjunto (Conselhos Regionais e CFESS) possui limitações nas suas competências e prerrogativas da sua atuação legal. Entretanto, sempre que necessário, vimos nestes últimos anos, acionando outros órgãos fiscalizadores como o Ministério Público, Vigilância Sanitária, dentre outros, quando avaliamos, em nossas visitas de fiscalização, que as precariedades e/ou irregularidades institucionais ultrapassam a especificidade do setor ou do âmbito do Serviço Social.

**Elias Azevedo da Silva**  
Agente Fiscal do Cress/RJ

# Segurança Pública

O simples cumprimento das leis já é um grande passo para efetivar uma política de segurança pública que atenda à população. Essa é a opinião de Marcelo Freixo, presidente da organização não governamental Justiça Global, de defesa dos direitos humanos, e do professor e antropólogo Luis Eduardo Soares, ex-secretário de Segurança Pública do governo Lula e também do ex-governador do Rio de Janeiro Anthony Garotinho. Ambos afirmam que a aplicação das leis já existentes como a LEP (Lei de Execução Penal), por exemplo, já seriam suficientes para reduzir os índices de criminalidade.

Segundo Freixo, a atual política de segurança pública segue a lógica da insegurança e não está voltada para a proteção do cidadão, mas para o controle de guetos. Ele lembra que as comunidades empobrecidas costumam ser criminalizadas e a política de segurança utilizada nessas áreas segue a concepção de uma guerra, inclusive com a utilização de armamentos bélicos como o “caveirão” (veículo blindado com metralhadora giratória e quatro saídas para fuzis). Mas, segundo dados oficiais, apenas 1% dos moradores das favelas tem envolvimento com o tráfico e a maioria é vítima das ações dos traficantes e da ausência do Estado. Freixo frisa que nessas comunidades não há escolas, creches, nem políticas de saúde e assistência social. Para exemplificar essa afirmativa conta que na Favela da Maré (RJ) para 130 mil moradores há apenas duas escolas de ensino médio. O desemprego estrutural também ajuda a elevar os índices de criminalidade. “O Estado, além de não garantir os direitos constitucionais, ainda ajuda a consolidar a exclusão dessa parcela da população”.

## Inclusão social

Freixo defende uma Política Pública de Segurança que tenha como foco a inclusão social. Acredita que o combate ao crime deve ser feito sem desrespeito os direitos do cidadão. Hoje não é assim, pois a polícia brasileira é a que mais mata em todo mundo e não é eficaz. É necessário priorizar a ação investigativa e preventiva da polícia. No sistema prisional não há respeito aos direitos humanos, nem perspectiva de reintegrar o preso à sociedade. De acordo com o presidente da Justiça Global, são 30 mil novos presos a cada ano no país e a superpopulação das celas, em vez de promover a recuperação, só incentiva o crescimento do crime organizado.

No Brasil, 53% dos presos são encarcerados por furtos e roubos e não há um sistema de classificação por tipos de delitos cometidos. A separação é feita de acordo com as facções criminosas. Caso o próprio preso não se identifique com alguma facção, será classificado pelo local de moradia e verificada a facção que atua na região. O Estado, deste modo, acaba fortalecendo essas facções criminosas.

Sobre as ações violentas promovidas em maio

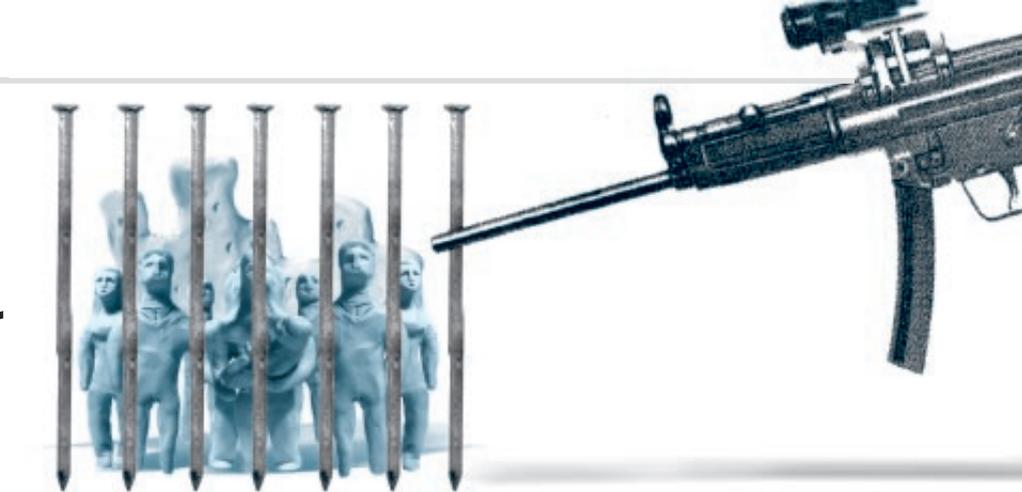
pela organização PCC (Primeiro Comando da Capital), em São Paulo e em algumas cidades do interior do estado, que geraram pânico na população, Freixo comenta que é o estado com a maior população encarcerada no Brasil. São 140 mil presos; logo em seguida vem o Rio de Janeiro com 28 mil. Explica que as rebeliões podem acontecer em qualquer lugar, pois onde não há uma política traçada e um planejamento se torna um terreno fértil para a corrupção, que é estrutural em todo o sistema prisional. Diz ainda que a política de segurança pública está pautada em um sistema de informação pontual. As leis de emergência aprovadas para dar uma satisfação à sociedade, não foram submetidas a um debate e acabaram se pautando apenas pela mídia, sujeitando-se, portanto, a ações inconseqüentes.

Para Freixo, o grande desafio é aproximar o Brasil legal e o real. Cumprir a lei é o primeiro passo para transformar a sociedade.

Luis Eduardo Soares concorda com Freixo ao afirmar que o modelo de segurança pública, adotado no Rio de Janeiro nas últimas décadas, é o da concepção de guerra. Revela que as incursões bélicas noturnas às favelas matam indiscriminadamente policiais, traficantes e pessoas inocentes e o efeito disso sobre a comunidade é o do crescimento da insegurança. Explica que a ideia é a de que o extermínio dos jovens acabaria com o tráfico, mas os dados empíricos revelam que essa lógica da execução não funciona, pois os jovens são substituídos como meras peças de reposição, já que há um exército de reserva disponível.

Na avaliação de Luis Eduardo, essa dinâmica precisa ser rompida, pois nesse processo todos perdem. “Além de ser uma selvageria, há efeitos sobre a comunidade e sobre os policiais. O abismo entre asfalto e favela se aprofunda e os preconceitos e estigmas se fortalecem”, afirma. A polícia é vista como inimiga e perde sua legitimidade nessas comunidades gerando ainda mais insegurança. As ações policiais que deveriam ser voltadas para a proteção acabam significando risco para a população. Portanto, é uma orientação comprovadamente equivocada. De acordo com Luis Eduardo, a alternativa para romper com essa dinâmica é zelar pelo cumprimento da Constituição, respeitando os direitos. Desraca que o direito à vida é uma prioridade. Mas esse direito é o primeiro a ser desrespeitado. “Não é aceitável que a polícia faça troca de tiros em meio à população”, diz. A força letal só deve ser usada em caso extremo, por legítima defesa. Garante que se não houver um investimento em uma polícia preventiva e investigativa com inteligência e planejamento dificilmente será revertido o alto índice de criminalidade.

A violência criminal, para o antropólogo, é um fenômeno de múltiplas dimensões. Pela sua complexidade envolve a família, emprego e renda, escola, as referências culturais e desenvolvimento psico-



lógico de cada indivíduo. Por isso, a política de segurança pública para ser eficiente, não pode estar centrada apenas na polícia e no sistema prisional, que precisam, com urgência, de reformas profundas, mas, principalmente em políticas preventivas que envolvam ações intersetoriais como educação, cultura, esporte, saúde, trabalho entre outras. Para isso, é necessário integrar essas políticas em uma política única. É preciso uma grande transformação do papel do Estado que, como está organizado hoje, não oferece aos governos a facilidade de integrar essas políticas.

Atualmente a organização do estado é por secretarias, que são por definição segmentos isolados e autônomos. Ele sugere como solução rápida a formação de grupos interdisciplinares organizados para cumprir metas, pois é preciso oferecer alternativas concretas, principalmente para os jovens que vivem nas comunidades e estão mais suscetíveis a entrar no mundo do crime. Mas admite que essas políticas são complexas e requerem grande articulação de segmentos do governo, além de planejamento, avaliação e compromisso. Garante que não é preciso um grande investimento de recursos, mas competência, pois não são medidas fáceis de serem implantadas. Vontade política é um item fundamental, mas é preciso desenvolver um trabalho com seriedade e baseado em pesquisas junto às universidades.

Luis Eduardo Soares defende a criação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) que segundo ele representa complementação e integralidade, e seria uma resposta ao caos em que hoje se encontram as polícias. Informa que há no Brasil 56 polícias diferentes (duas federais e 54 estaduais). Cada uma com uma formação, currículo e método próprio constituindo uma verdadeira “babel” profissional. Afirma que alguns policiais não sabem nem o seu real papel na sociedade. Cada polícia codifica e classifica de uma maneira as informações obtidas, inviabilizando a troca de informações, sem a agilidade necessária. Enquanto isso, alerta, o tráfico se internacionaliza e a polícia segue na contramão de maneira caótica. Cada um tem o seu modo de gerir e não há ferramentas organizacionais de gestão. Também não há instrumento de controle e rotinas estruturadas. As operações são realizadas sem planejamento e através de reações midiáticas. Esse quadro acaba sendo vulnerável à corrupção.

## Quadro explosivo

Sobre as ações violentas, em São Paulo, Luis Eduardo Soares, explicou que, ao descumprir a Lei

de Execução Penal (LEP), os direitos dos presos são profundamente desrespeitados e isso leva também ao descumprimento dos deveres. A LEP recomenda a classificação dos presos, conforme o delito cometido. Mas a prática em todo o país é a classificação dos presos por facções criminosas. Isso, segundo o antropólogo, já está institucionalizado lamentavelmente. Há uma superpopulação dos presídios, com a mistura de presos que são aglutinados sem saneamento básico adequado, sem políticas de educação, sem trabalho e sem o monitoramento do tempo de sentença a ser cumprido. Na opinião de Luis Eduardo, isso favorece um quadro explosivo. O Estado, por incompetência, fomenta a indignação e instrumentaliza o preso, permitindo que fatos como esses ocorram.

Lembra que o PCC foi criado em uma das unidades de Taubaté (SP), onde aconteciam torturas. Ao não coibir esse tipo de ação da polícia, o Estado se torna criminoso e estimula a indignação da população carcerária, que hoje no Brasil é de 360 mil pessoas. O volume de presos em São Paulo é o maior do país e permite uma dimensão maior do quadro explosivo. Mas, adverte que isso poderia ter acontecido em qualquer lugar.

Lamentou a aprovação do pacote de leis, aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado para combater a criminalidade, que em sua opinião foi encaminhado de forma demagógica e imediatista para dar satisfação à sociedade. Assegura que a medida, além de ser ineficiente, ainda pode provocar o agravamento da segurança pública. “Durante as crises penas são endurecidas e isso já foi provado que não funciona”.

É enfático ao afirmar que é preciso efetivar políticas preventivas inteligentes e reorganizar a Segurança Pública. No contexto de reforma, seria prioritário oferecer condições de trabalho apropriadas aos policiais, para serem cobrados como devem ser e redirecionar recursos de projetos sociais, para que eles sejam mais funcionais. Entre outras iniciativas apontadas por Luis Eduardo Soares está a recuperação de entidades sócio-educativas, que legalmente não são consideradas instituições de Segurança Pública mas que são fundamentais nas medidas de ação preventiva. É preciso assegurar o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e da LEP. A distribuição de recursos deve ser avaliada a partir de vários critérios. Garante que o projeto preventivo, com a intersetorialidade das políticas, é fundamental e, se for implantado com eficácia e competência, pode produzir resultados em curto prazo.